

05.fevereiro.2013 – 17h30

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: **Sindicato dos Inspetores da Educação e do Ensino**
José Calçada (Presidente), Filomena Aldeias e Bercina Calçada

Recebidos por: Deputado João Prata (PSD).

Assunto: Impactos na Inspeção Geral da Educação e Ciência e nas respetivas Inspeções Regionais e nas condições de trabalho e situação socioprofissional dos inspetores, incluindo a fuga para a aposentação e as medidas específicas apresentadas no último relatório do FMI, nomeadamente quanto à existência de uma única Inspeção-Geral na administração central do Estado.

Exposição: O presidente do Sindicato referiu que o relatório do FMI, de janeiro de 2013, sobre a reforma do Estado, prevê uma única Inspeção-Geral, nacional, entendendo que essa hipótese, que implicaria a fusão de todas as atuais 14 Inspeções Gerais da administração central do Estado, não faz sentido. Informou que não conhece nenhum país da Europa que não tenha uma Inspeção-Geral da Educação e informou que a Espanha tem uma Inspeção da Educação nacional e inspeções nas várias províncias, a França tem uma Inspeção da Educação nacional, com grandes poderes e a Alemanha tem inspeções por Estados.

Salientou que os modelos de funcionamento das várias Inspeções Gerais são diferenciados, em função do universo sobre que trabalham e há até diferenças em termos quantitativos. Defendeu que a inspeção visa maior qualidade da educação, com melhorias para os alunos. Referiu que a fusão tem ganhos de eficiência e eficácia até certo nível e depois gera dificuldades, destruindo a cultura da organização.

Informou ainda que a Inspeção-Geral da Educação em 1995 tinha 471 inspetores e em 2013 tem 205, verificando-se que 24 inspetores (11,7%) pediram a aposentação e aguardam a conclusão do processo.

O deputado João Prata (PSD) questionou se a melhoria da evolução organizacional das escolas não libertou a Inspeção de algumas tarefas, podendo explicar a diminuição do número de inspetores.

Os representantes do Sindicato referiram que é natural que a Inspeção Geral da Educação tenha alterações, mas realçaram que todos os sistemas necessitam de órgãos de controlo e quanto maior for a autonomia das escolas, mais necessário é o controlo. Defenderam ainda que a presença dos inspetores é um alerta e mesmo que se opte por aumentar o setor privado da educação, a necessidade de inspeção não diminui.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

A documentação da audiência, incluindo os documentos deixados pelos representantes do Sindicato, e a respetiva gravação, encontram-se disponíveis na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 05 de fevereiro de 2013

A assessora
Teresa Fernandes